

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades - AME Idoso Oeste que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** **Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis do exercício findo

em 31 de dezembro de 2015, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas. Desta forma, não existem valores para fins comparativos, visto ser o primeiro ano de atividade da Entidade. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: * Identificamos e avaliamos os riscos de distorção

relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. * Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. * Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30 de março de 2017. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3.** Ricardo Roberto Monello - Contador CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619. Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar - 846, de 04-6-1998

Balanço Patrimonial - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra

SPDM - Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra			
CNPJ nº 61.699.567/0029-93			
Nota da Administração			
Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte do Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: SPDM - Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra. A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.			
Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25, inciso XIX, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26.06.1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretoria primordial de nossa Associação é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da			
Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Valores em Reais			
ATIVO	2016	2015	PASSIVO
Ativo Circulante	11.910.817,11	11.397.369,97	Passivo Circulante
Caixa e Equivalentes de Caixa	251.901,94	617.816,93	Fornecedores (nota 3.8)
Caixa (nota 3.1)			46.572,49
Bancos Conta Movimento (nota 3.1)	10.040,56	24.046,04	Jurídica (nota 3.9)
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	241.861,38	593.770,89	Serviços Terceiros Pessoa Física
Contas a Receber (nota 3.3)	11.491.863,49	10.595.510,58	Salários a Pagar (nota 3.10)
Contas a Receber Secretaria de Estado da Saúde (nota 3.3.1)	10.082.376,00	9.422.784,00	Contribuições a Recolher (nota 3.11)
Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.3.2)	1.228.769,67	992.008,76	Provisão de Férias e Encargos (nota 3.12)
Valores em Negociação - Contrato (nota 3.3.3)	180.717,82	180.717,82	Provisão de FGTS sobre Férias (nota 3.12)
Outros Créditos (nota 3.4)	92.024,11	91.680,78	Provisão PIS sobre 13º Salário e Férias (nota 3.12)
Adiantamentos a Fornecedores (nota 3.4.1)	7.658,99	5.916,53	Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.3.2)
Antecipações Salariais (nota 3.4.2)	1.236,57	1.007,51	Impostos a Recolher (nota 3.13)
Antecipação de Férias (nota 3.4.3)	83.128,55	84.756,74	Obrigações Tributárias (nota 3.14)
Despesas Pagas Antecipadamente (nota 11)	604,11	642,50	Outras Contas a Pagar (nota 3.15)
Prêmios de Seguros e Outros a Vencer (nota 11)	604,11	642,50	Valores a Realizar - Contrato (nota 3.16)
Estoques (nota 3.5)	74.423,46	91.719,18	Operações com Materiais de Terceiros (nota 3.5.1)
Materiais e Medicamentos	74.423,46	91.719,18	Passivo não Circulante
Ativo não Circulante	24.575.957,02	33.864.958,18	Provisão de Despesa Processos Trabalhistas (nota 3.17)
Contratos Públicos a Receber (nota 3.6)	22.834.048,00	31.808.128,00	Bens Móveis de Terceiros (nota 3.7)
Bens Móveis	1.741.909,02	2.056.830,18	Ajuste de Vida Útil - Bens Móveis de Terceiros (nota 3.7.1)
Bens de Terceiros (nota 3.7)	3.215.212,43	3.182.012,43	Contratos Públicos a Realizar
Ajuste de Vida Útil - Bens Móveis de Terceiros (nota 3.7.1)	(1.473.303,41)	(1.125.182,25)	Total do Passivo
Total do Ativo	36.486.774,13	45.262.328,15	Patrimônio Líquido (nota 5)
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.			
Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa		Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado	
Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	
	2016	2015	
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			1 - Receitas
Resultados do Exercício/Período			1.1) Prestação de Serviços
Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais			9.889.530,35
Depreciação e Amortização	-	-	161,90
Resultado na Venda de Ativos Permanentes	-	-	12.748,43
Ajuste nas Contas Patrimoniais			1.2) Outras Receitas
Varições nos Ativos e Passivos			1.2) Isenção Usufruída sobre
(Aumento) Redução em Contas a Receber	8.077.422,15	(36.677.051,41)	Contribuição Usufruída sobre
(Aumento) Redução em Estoques	35.222,34	50.492,72	1.4) Trabalho Voluntário
Aumento (Redução) em Fornecedores	(30.037,31)	67.366,80	2.1) Custos das Mercadorias Utilizadas
Aumento (Redução) em Contas a Pagar e Provisões	(8.464.411,14)	36.015.290,45	nas Prestações
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(314.921,16)	(180.984,34)	2.2) Serviço de Terceiros e Outros
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades Operacionais	(707.095,18)	(724.885,78)	2.3) Outros
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)
(-) Compras de Imobilizado	-	-	4 - Retenções
(-) Adição de Bens de Terceiros	341.180,19	180.984,34	4.1) Depreciação, Amortização e
(-) Adição de Bens Intangíveis	-	-	Exaustão
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades de Investimentos	341.180,19	180.984,34	5 - Valor Adicionado Líquido
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			Produzido pela Entidade (3-4)
Empréstimos Tomados	-	-	6 - Valor Adicionado Recebido em
(-) Pagamentos de Empréstimos/Debêntures	-	-	Transferência
Juros Pagos por Empréstimos	-	-	6.1) Receitas Financeiras
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades de Financiamento			105.176,74
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(365.914,99)	(543.901,44)	109.235,36
No início do Período	617.816,93	1.161.718,37	7 - Valor Adicionado Total (5+6)
No final do Período	251.901,94	617.816,93	10.003.944,55
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.			
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Valores em Reais			
Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras - Características da Unidade Gerenciada: O Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra foi criado pelo Decreto Lei nº 55.936 de 21 de junho de 2010 do Governo do Estado de São Paulo, com foco no atendimento assistencial na área de consultas ambulatoriais especializadas e na realização de exames diagnósticos e cirurgias ambulatoriais a pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS/SP. Inaugurado em 10 de maio de 2012 sob a gestão da OSS-SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, iniciou suas atividades em abril de 2012, através de Contrato de Gestão assinado com a Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo em 16 de julho de 2010. Sendo referência para a região de Taboão da Serra e Embu das Artes, além de abranger mais de 15 municípios no entorno, como: Osasco, Jiquitiba, Vargem grande Paulista, Cotia e Itapetercira da Serra, atendendo. Visa agilidade dos processos Administrativos, com orçamento baseado em metas quantitativas e qualitativas com rígido controle do Estado. Em abril de 2014 foi implementado pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, ações de detecção precoce e tratamento dos dois principais agravos (Câncer de Próstata e Doenças Cardiovasculares) na população masculina acima de 50. Programa "Filho que Ama, Leva seu Pai ao AME", com horário ampliado para os sábados e consultas de Enfermagem, Urologia e Cardiologia. O Contrato de Gestão tem por objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra em conformidade com os Anexos que integram o instrumento. O primeiro Contrato de Gestão nº 001.0500.000.058/2010 vigorou até a data 16.07.2015 e o segundo Contrato de Gestão nº 001.0500.000.032/2015 com vigência de 17.07.2015 a 17.07.2020 e valor global de R\$ 44.870.400,00 (Quarenta e quatro milhões, oitocentos e setenta mil e quatrocentos reais). Em dezembro de 2016, o Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra conquistou a Certificação ONA Nível II, objetivando segurança e desen-			
vestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. 2.2. Características da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ame Taboão da Serra - Estrada São Francisco, 1.448 - Jardim Henriqueta - Taboão da Serra - SP - CEP 06764-290 - CNPJ nº 61.699.567/0029-93. 3. Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações: Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes, conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei nº 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados, conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classificá-las em Circulante e Não Circulante, conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED - sistema de escrituração digital do Governo Federal. 3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa: Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.			
R\$			
Descrição	31.12.2016	31.12.2015	
Saldos em Caixa	-	-	
Saldos em Banco	10.040,56	24.046,04	
Saldo Aplicação Financeira	241.861,38	593.770,89	
Caixa e Equivalentes de Caixa	251.901,94	617.816,93	
Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2016 o montante de R\$ 251.901,94 (Duzentos e cinquenta e um mil, novecentos e um reais e noventa e quatro centavos) demonstrado no quadro acima.			
3.2. Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.			
Instituição	Tipo de Rentabilidade	31.12.2016	31.12.2015
Financeira	Aplicação	% no Mês	
Banco	CDB/FDB e do Brasil	BB Realização	85,00
			241.861,38
			593.770,89
3.3. Contas a Receber: A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade passou a consti-			

...continuação
 tuir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1. Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta em 2016 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao contrato de gestão nº 001.0500.000.032/2015, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde, totalizaram R\$ 10.082.376,00 (Dez milhões, oitenta e dois mil, trezentos e setenta e seis reais). **3.3.2. Estimativas de Rescisão Contratual:** A Entidade passou a adotar em sua plenitude a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistências Governamentais, reafirmado na ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, que trata de contas de compensação. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e SES. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2016, para fins de recolhimento de FGTS (50% Multa) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Estimativa Rescisão Contratual	Saldo em 31.12.2016
Aviso Prévio Indenizado	594.005,09
Multa FGTS Rescisória (50%)	634.764,58
Total	1.228.769,67

3.3.3. Valores em Negociação - Contrato: Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da entidade, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a entidade se valeu da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato, a título de reequilíbrio econômico. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. O saldo R\$ 180.717,82 (Cento e oitenta mil, setecentos e dezessete reais e oitenta e dois centavos) é referente ao Contrato de Gestão nº 001.0500.000.058/2010 vigoroso até a data 16.07.2015. **3.4. Outros Créditos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto

3.7. Bens de Terceiros - Imobilizado: O imobilizado da unidade gerenciada é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são frutos de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão para os quais possuímos o Termo de Permissão de Uso. Os ativos passaram a estar distribuídos, conforme abaixo e no passivo o seu totalizador.

Descrição	Posição em 31.12.2015	Aquisição	Baixa	Posição em 31.12.2016
Imobilizado - Bens de Terceiros	3.182.012,43	33.200,00	-	3.215.212,43
Bens Móveis	3.182.012,43	33.200,00	-	3.215.212,43
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratoriais	2.110.929,77	21.504,00	-	2.132.433,77
Equipamentos Processamento de Dados	187.353,63	4.614,00	-	191.967,63
Mobiliário em Geral	418.093,47	-	-	418.093,47
Máquinas e Utensílios e Equipamentos Diversos	110.647,27	5.502,00	-	116.149,27
Aparelhos de Medição	29.893,29	-	-	29.893,29
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	21.660,23	-	-	21.660,23
Aparelhos e Utensílios Domésticos	12.434,95	1.580,00	-	14.014,95
Máquinas e Equipamentos Energéticos	122.500,00	-	-	122.500,00
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	23.824,80	-	-	23.824,80
Outros Materiais Permanentes	9.569,62	-	-	9.569,62
Softwares	135.105,40	-	-	135.105,40
Total Imobilizado - Terceiros	3.182.012,43	33.200,00	-	3.215.212,43

Segundo o inciso II do § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09, "A Companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização", conforme demonstrado no subitem 3.7.1. **3.7.1. Ajuste de Vida Útil - Bens Móveis de Terceiros:** A instituição efetua o ajuste de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado.

Descrição	Posição em 31.12.2015	Baixa	Ajuste Vida Útil	Posição em 31.12.2016	Taxas Anuais Médias de Ajustes
Ajuste de Vida Útil Bens de Terceiros	(1.125.182,25)	-	(348.121,16)	(1.473.303,41)	%
Bens Móveis	(1.125.182,25)	-	(348.121,16)	(1.473.303,41)	
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratoriais	(727.717,44)	-	(212.620,33)	(940.337,77)	10,00
Equipamentos Processamento de Dados	(124.782,69)	-	(36.818,25)	(161.600,94)	20,00
Mobiliário em Geral	(149.264,80)	-	(41.809,20)	(191.074,00)	10,00
Máquinas e Utensílios e Equipamentos Diversos	(36.579,21)	-	(11.548,22)	(48.127,43)	10,00
Aparelhos de Medição	(8.763,55)	-	(2.989,32)	(11.752,87)	10,00
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	(8.827,43)	-	(2.166,00)	(10.993,43)	10,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(4.006,57)	-	(1.263,20)	(5.269,77)	10,00
Máquinas e Equipamentos Energéticos	(48.058,17)	-	(12.249,96)	(60.308,13)	10,00
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	(9.278,75)	-	(2.382,48)	(11.661,23)	10,00
Outros Materiais Permanentes	(2.074,34)	-	(957,00)	(3.031,34)	10,00
Softwares	(5.829,30)	-	(23.317,20)	(29.146,50)	20,00
Ajuste de Vida Útil Bens de Terceiros	(1.125.182,25)	-	(348.121,16)	(1.473.303,41)	-

3.8. Fornecedores: As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. O saldo em 2016 foi de R\$ 46.572,49 (Quarenta e seis mil, quinhentos e setenta e dois reais e quarenta e nove centavos).

3.9. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica: Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa jurídica pela unidade gerenciada, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: Ecocardiografia, Limpeza, Vigilância, Portaria e Manutenção. O saldo em 2016 foi de R\$ 135.934,12 (Cento e trinta e cinco mil, novecentos e trinta e quatro reais e doze centavos).

3.10. Salários a Pagar: De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A unidade gerenciada efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. O saldo em 2016 foi de R\$ 364.821,28 (Trezentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e vinte e um reais e vinte e oito centavos).

3.11. Contribuições a Recolher: Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS, PIS e Contribuição Sindical. O saldo em 2016 foi de R\$ 98.113,52 (Noventa e oito mil, cento e treze reais e cinquenta e dois centavos). **3.12. Provisões de Férias e Encargos/Provisão de FGTS sobre férias:** O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas.

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Provisão de Férias	638.542,03	600.674,06
Provisão de FGTS sobre Férias	50.983,31	48.053,92

3.13. Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT. O saldo em 2016 foi de R\$ 118.216,94 (Cento e dezoito mil, duzentos e dezesseis reais e noventa e quatro centavos). **3.14. Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativas aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo final a pagar em 2016 referente aos impostos citados acima foi de R\$ 20.354,67 (Vinte mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) e em 2015 foi de R\$ 18.014,56 (Dezoito mil, quatorze reais e cinquenta e seis centavos). **3.15. Outras Contas a Pagar:** Os valores evidenciados abaixo, se referem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Entidade. O saldo em 2016 foi de R\$ 14.079,01 (Quatorze mil, setenta e nove reais e um centavo). **3.16. Valores a Realizar - Contrato:** De acordo com a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistências Governamentais e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2016 representa R\$ 9.181.125,32 (Nove milhões, cento e oitenta e um mil, cento e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos),

prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da unidade gerenciada. **3.4.1. Adiantamento a Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamento a fornecedores compreendem adiantamento realizados a fornecedores de benefícios como vale transporte e vale alimentação, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente, o saldo em 2016 foi de R\$ 7.658,99 (Sete mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e nove centavos). **3.4.2. Antecipações Salariais:** Os valores registrados em antecipação salarial representam antecipações realizadas a título rescisórias ou por força da legislação trabalhista (CLT), o saldo em 2016 foi de R\$ 1.236,57 (Um mil, duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e sete centavos). **3.4.3. Antecipação de Férias:** A unidade gerenciada efetua antecipação de férias, conforme prevê a legislação trabalhista (CLT), o saldo em 2016 foi de R\$ 83.128,55 (Oitenta e três mil, cento e vinte e oito reais e cinquenta e cinco centavos). **3.5. Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, gêneros alimentícios e materiais de terceiros até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2016 é de R\$ 74.423,46 (Setenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e seis centavos).

Tipo	Valores em Reais	
	31.12.2016	31.12.2015
Materiais Utilizados no Setor de Nutrição	1.593,01	1.965,60
Materiais Utilizados no Setor de Farmácia	10.695,78	7.972,31
Materiais de Almoxarifado	55.330,67	48.718,24
Materiais de Terceiros	6.804,00	33.063,03
Total	74.423,46	91.719,18

3.5.1. Operações com Materiais de Terceiros: A unidade gerenciada possui em comodato dois Disparadores para Agulha de Biópsia e seis Monitores de Dextro. O saldo em 2016 foi de R\$ 6.804,00 (Seis mil, oitocentos e quatro reais). **3.6. Contratos Públicos a Receber:** Os valores registrados nesta conta em 2016 representam valores a receber de longo prazo, relativos ao contrato de gestão nº 001.0500.000.032/2015, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde, totalizaram R\$ 22.834.048,00 (Vinte e dois milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, quarenta e oito reais).

o saldo de R\$ 12.103.998,77 (Doze milhões, cento e três mil, novecentos e noventa e oito reais e setenta e sete centavos). **4.3. Doações Recebidas:** Eventualmente a unidade gerenciada recebe doações de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2016 a unidade gerenciada recebeu em doações um total de R\$ 161,90 (Cento e sessenta e um reais e noventa centavos), enquanto em 2015 foi de R\$ 9.541,64 (Nove mil, quinhentos e quarenta e um reais e sessenta e quatro centavos). **4.4. Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a unidade gerenciada presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os contratos firmados estão de acordo com o Estatuto Social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A unidade gerenciada para a contabilização de Assistências Governamentais atende à NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistências Governamentais na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2016, a unidade gerenciada recebeu Assistência Estadual, conforme quadro abaixo:

Número do Contrato de Gestão	CNPJ nº 61.699.567/0029-93		Total Repasse R\$
	31.12.2016	31.12.2015	
001.0500.000.032/2015			9.515.926,55

5. Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em Notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1.305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMLP - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2015 e 2016. **6. Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas, conforme Resolução nº 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2016, a instituição reconheceu repasses e outras receitas no montante de R\$ 9.515.926,55 (Nove milhões, quinhentos e quinze mil, novecentos e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos), esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ 9.994.868,99 (Nove milhões, novecentos e noventa e quatro mil, oitocentos e sessenta e oito reais e noventa e nove centavos). Dessa forma, se houvesse apuração do resultado, a instituição encerraria o exercício com um resultado deficitário de R\$ 478.942,44 (Quatrocentos e setenta e oito mil, novecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos). No exercício 2016 houve déficit devido ao aumento de pessoal e compra de material, necessários para prover ao aumento de 12% no atendimento em relação ao exercício 2015. O reajuste de 5% do Contrato não foi o suficiente para suprir a demanda. O resultado deficitário ficou consignado em conta específica do ativo, denominada "valores em negociação contrato", ao final do contrato de gestão. Esse desequilíbrio pode estar associado ao aumento da demanda, ausência de recursos ou reajustes inflacionários para cobertura de dissídios e outros custos/despesas, itens influentes para o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. **7. Das Disposições da Lei nº 12.101 e Portaria nº 834/16 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei nº 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das interações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As interações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o Artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. A Unidade Gerenciada produziu no ano de 2016, os seguintes atendimentos:

Descrição	Posição em 31.12.2015	Baixa	Ajuste Vida Útil	Posição em 31.12.2016	Taxas Anuais Médias de Ajustes
Ajuste de Vida Útil Bens de Terceiros	(1.125.182,25)	-	(348.121,16)	(1.473.303,41)	%
Bens Móveis	(1.125.182,25)	-	(348.121,16)	(1.473.303,41)	
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratoriais	(727.717,44)	-	(212.620,33)	(940.337,77)	10,00
Equipamentos Processamento de Dados	(124.782,69)	-	(36.818,25)	(161.600,94)	20,00
Mobiliário em Geral	(149.264,80)	-	(41.809,20)	(191.074,00)	10,00
Máquinas e Utensílios e Equipamentos Diversos	(36.579,21)	-	(11.548,22)	(48.127,43)	10,00
Aparelhos de Medição	(8.763,55)	-	(2.989,32)	(11.752,87)	10,00
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	(8.827,43)	-	(2.166,00)	(10.993,43)	10,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(4.006,57)	-	(1.263,20)	(5.269,77)	10,00
Máquinas e Equipamentos Energéticos	(48.058,17)	-	(12.249,96)	(60.308,13)	10,00
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	(9.278,75)	-	(2.382,48)	(11.661,23)	10,00
Outros Materiais Permanentes	(2.074,34)	-	(957,00)	(3.031,34)	10,00
Softwares	(5.829,30)	-	(23.317,20)	(29.146,50)	20,00
Ajuste de Vida Útil Bens de Terceiros	(1.125.182,25)	-	(348.121,16)	(1.473.303,41)	-

e a realizar em longo prazo representa R\$ 22.834.048,00 (Vinte e dois milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, quarenta e oito reais). **3.17. Provisão de Despesa Processos Trabalhistas/Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2016, a SPDM - AME Taboão da Serra recebeu ação resultante de reclamação trabalhista onde a possibilidade de perda é como "possível", no montante de R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais). **3.18. Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se, conforme decisão judicial. **3.19. Apuração do Resultado:** Conforme NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistências Governamentais, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da Unidade. **4. Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da unidade gerenciada são apuradas através de documentos comprobatórios, recibos ou contratos, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais, Faturas e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos. O saldo em 2016 foi de R\$ 9.889.530,35 (Nove milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, quinhentos e trinta e cinco e cinco centavos). **4.2. Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. Totalizando em 2016

Linha de Atendimento	1º Semestre	2º Semestre	Total
Consulta Médica Especializada	24.444	24.721	49.165
Atendimento Não Médico	5.431	6.418	11.849
Cirurgia Ambulatorial	603	681	1.284
Sessões de Fisioterapia	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
SADT Externo	9.456	9.386	18.842
Total	39.934	41.206	81.140

Os atendimentos realizados em 2016 foram: 42.165 Consultas médicas especializadas, 11.849 Atendimentos não médicos, 1.284 Cirurgias ambulatoriais e 18.842 SADT Externos.

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total 2016	
	Contra-tado	Realizado	Contra-tado	Realizado	Contra-tado	Realizado
Consulta Médica Especializada	23.346	24.444	23.346	24.721	46.692	49.165
Atendimento Não Médico	5.400	5.431	5.400	6.418	10.800	11.849
Cirurgia Ambulatorial	600	603	600	681	1.200	1.284
SADT Externo	8.040	9.456	8.040	9.386	16.080	18.842
Total	37.386	39.934	37.386	41.206	74.772	81.140

9. Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei nº 12.101 de 27.11.2009, alterada pela Lei nº 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834/16 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.153024/2014-03MS fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam em 2016: R\$ 2.101.469,56 (Dois milhões, cento e um mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e seis centavos).

9.1. Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a Folha de Pagamento de Empregados: Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantróp

...continuação
para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Unidade Gerenciada, conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2016 que foi de R\$ 296.685,91 (Duzentos e noventa e seis mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e noventa e um centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2015, esse montante foi de R\$ 286.851,27 (Duzentos e oitenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e um reais e sete centavos). **9.4. Trabalho Voluntário:** Em 02.09.2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela Entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado, sendo que a Unidade Gerenciada possui apenas o estatutário. Em

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da SPDM
Ata da 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: Data, Horário e Local: Aos 18º dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e o Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Convidados: **Superintendentes:** Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Ênio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11 de novembro de 2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM. Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 Consolidado da SPDM-Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas **Relatório dos Auditores Independentes: Opinião:** Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - AME Taboão da Serra que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis:** A administração é

2016, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 7.660,22 (Sete mil, seiscentos e sessenta reais e vinte e dois centavos); enquanto em 2015 o trabalho voluntário estatutário totalizou R\$ 9.028,13 (Nove mil, vinte e oito reais e treze centavos). **10. Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão composto os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadraram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução nº 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas

Dra. Sandra Mirian Bertolini Turati - Diretora Técnica **Simone Gomes do Nascimento Fidler** - Contadora - CRC 1SP 270.999/O-7
Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florença de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C. P. Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (HospitalPedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede Assistencial e Supervisão Técnica de Saúde Vila Maria/Vila Guilherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial e Supervisão Técnica de Saúde Butanta (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede-Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJETO REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Monteiro de S. J. Campos (C.R. LUCY), o CRATOD-Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistencial Farmacêutica CEAF Vila Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO-Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Parque Fontes do Piranga, CTO-Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao dado devido o que, em caso de dívida, deve ser regido pela Resolução nº 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11. Despesas Pagas Antecipadamente/Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade, o saldo em 2016 foi de R\$ 604,11 (Seiscentos e quatro reais e onze centavos). **12. Exercício Social:** Conforme estabelece o artigo 56 do Estatuto Social da Entidade, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Taboão da Serra, 31 de dezembro de 2016.

Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALT), Hospital Municipal Barueri Dr. Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial Vila Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial-STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial-STS Perus/Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial do Pari, Belém, Tatupapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII A.P. 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P 3.2), O PAIS A.P. 1.0 (A.P 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENT), Coordenadoria de Emergência Regional do Leblon - A.P. 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Ênio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18 de abril de 2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro, Dr. Agenor Pares.

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30 de março de 2017. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3.** Ricardo Roberto Monello - Contador CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI-SP-1619 - Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador CRC/SP 187.003/O-0 CNAI-SP-1620

Termo de Retirratificação ao Contrato de Gestão
Termo de Retirratificação ao Contrato de Gestão: 03/17
Processo: 001.0500.000.148/2016
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde
Contratada: Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem - FIDI, gerenciadora do Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem I - SEDI I
CNPJ: 55.401.178/0001-36
Objeto: O presente Termo de Retirratificação tem por objeto o desconto no repasse de custeio pelo não cumprimento de metas no 4º trimestre de 2016 no Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem I - SEDI I.
Valor: O desconto à Contratada será no valor de R\$ 36.493,16, em parcela única no mês de maio do presente exercício.
Custeio
UGE: 090192
Função Programática: 10 302 0930 4852 0000
Natureza da Despesa: 33 90 39
Fonte de Recursos: Fundo Estadual de Saúde - Lei: 141/12
Data de Assinatura: 26-04-2017
Vigência: 31-12-2017
Termo de Retirratificação ao Contrato de Gestão
Termo de Retirratificação ao Contrato de Gestão: 01/17
Processo: 001.0500.000.032/2016
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde
Contratada: Instituto de Responsabilidade Social Sirio Libanês - IRSSL
CNPJ: 09.538.688/0001-32
Do Objeto: O presente Termo de Retirratificação tem por objeto a redistribuição dos repasses mensais de custeio dos meses de maio a dezembro de 2017, com manutenção do valor orçamentário anual do exercício, para reestruturação do quadro de pessoal do Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio"
Valor: R\$ 8.171.127,23, será efetivado em parcela única no mês de maio/2017 e as parcelas mensais de junho a dezembro/2017 serão reajustadas com a redução de R\$ 1.167.303,89
UGE: 090192
Atividade: 10 302 0930 4852 0000
Natureza da Despesa: 33 90 39
Fonte de Recursos: Fundo Estadual de Saúde - Lei: 141/12
Data de Assinatura: 27-04-2017
Vigência: 31-12-2017
Termo de Retirratificação ao Contrato de Gestão
Termo de Retirratificação ao Contrato de Gestão: 02/17
Processo: 001.0500.000.121/2016
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde

Contratada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
CNPJ: 61.699.567/0001-92
Do Objeto: O presente Termo de Retirratificação tem por objeto o repasse de recursos financeiros de custeio, conforme estabelecido pela Emenda Parlamentar código: 2015.935.003-2 para o Hospital Geral "Prof. Dr. Waldemar de Carvalho Pinto Filho" de Guarulhos.
Valor: R\$ 110.000,00, sendo que a transferência à Contratada será efetivada em parcela única no mês de maio/2017, e que onerará a:
UGE: 090192
Atividade: 10 302 0930 4852 0000
Natureza da Despesa: 33 90 39
Fonte de Recursos: Fundo Estadual de Saúde - Lei: 141/12
Data de Assinatura: 27-04-2017
Vigência: 31-12-2017

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO

NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Extrato de Termo de Aditamento ao Termo de Permissão de Uso
Processo: 001.0100.000.014/2014
Interessado: Coordenadoria de Serviços de Saúde
Permitente: Secretaria de Estado da Saúde
Permissionário: Ambulatório Médico de Especialidades de Ourinhos - Ame Ourinhos, gerenciado pela Fundação para o Desenvolvimento Médico Hospitalar - Famesp, qualificada como Organização Social de Saúde.
Objeto: 3º Termo Aditivo ao Termo de Permissão de Uso de incorporação de bens móveis, equipamentos médico-hospitalares e equipamentos de informática relacionados no Anexo III, de propriedade da Permitente, com exclusiva finalidade de sua utilização pela Permissionária na realização das atividades e serviços de saúde, de assistência ambulatorial desenvolvidas na referida Unidade, conforme consta do Contrato de Gestão firmado entre a Permitente e a Permissionária.
Vigência: A partir de 26-04-2017 até a rescisão do Contrato de Gestão firmado entre as partes em 23-10-2012, ao qual está vinculado.

CENTRO DE REABILITAÇÃO - CASA BRANCA

Portaria do Diretor Técnico de Saúde II-Substituto, de 27-4-2017

Constituindo, tendo em vista os fatos relatados no Processo - 001.0259.000186/2017 do Centro de Reabilitação de Casa Branca, determino, nos termos do artigo 264 da Lei - 10.261/68, alterada pela LC - 942/2003, a instauração de Procedimento Preliminar de Apuração de Natureza Investigativa para apurar fatos ocorridos no setor de Residências Terapêuticas.

Para tanto nomeio a seguinte Comissão de Apuração: João Fernando Barros de Oliveira Dias, RG 13.597.994-8, Executivo Público, (Membro); Cicero Thadeu Lima, RG 7.568.185, Engenheiro IV (Membro); Rafael Jacinto Barnabé Junior, RG 18.073.439, Oficial Administrativo (Membro).

Os membros ora designados atuarão sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar de imediato o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias.

Esta Portaria passa a vigorar a partir da sua publicação.

COMPLEXO HOSPITALAR DO JUQUERY - FRANCO DA ROCHA

Extrato de Contrato
Processo: 001.0136.000670/2015
Contrato: 003/2016
Contratada: SS Fort Administrativa e Tecnológico - Eirelli
Contratante: Complexo Hospitalar do Juquery
Trata o presente expediente sobre contratação de empresa para prestação de serviços de portaria e edifícios para o CHJ e HEC. De acordo com a Cláusula Terceira, parágrafo primeiro, do Contrato citado, bem como Decreto 48.326/03, Resolução CC-79/03, parágrafo 5º, providenciamos o cálculo de reajuste, conforme demonstrado abaixo:
Fórmula Paramétrica: R = Po - [(IPC) - 1]
IPCO
Mês de referência de Preços: janeiro divulgação do índice em 15/03/17.
Índice para Reajuste: 5,44 %
Base Mensal Estimada Anterior: R\$ 101.365,96.
Valor Mensal Estimada de Reajuste: R\$ 5.512,02
Base Mensal Estimada Atual: R\$ 106.877,98 Vigência: A partir de 01 de janeiro de
Extrato de Contrato/Nota de Empenho
Dispensa de Licitação: 026/2017
Processo: 001.0136.000304/2017 - contratação de serviços para manutenção corretiva e preventiva em equipamentos de condicionamento de ar ambiente
Contratante: Complexo Hospitalar do Juquery

Contratada: Rodrigo Bertolini Perillo - 29171496807
CNPJ: 15.131.042/0001-39
Nota de Empenho: 2017NE00409
Valor da Nota: R\$ 7.820,00
Data: 24-04-2017
Programa de Trabalho: 10122094062150000
Fonte: 001.001.141
Natureza de Despesa: 33903999
PTRES: 090602
Prazo de Execução do Serviço: 30 dias corridos.
Data de Assinatura: 27-04-2017
Comunicado
Processo: 001.0136.00109/2017
Interessado: Complexo Hospitalar do Juquery
Assunto: Descumprimento Contratual. Notificação de Defesa Prévia.
Considerando a não entrega dos itens da NE - 00142/2017, notifico à empresa Crismed Comercial Hospitalar Ltda - EPP - CNPJ: 04.192.876/0001-38, para apresentação de defesa prévia, no prazo de 5 dias úteis, sobre a possibilidade de aplicação de multa no valor de R\$ 28,35, com base no artigo 5º da Resolução SS - 92/16. Fica desde já franqueada vistas ao auto.
Processo: 001.0136.001127/2016
Interessado: Complexo Hospitalar do Juquery
Assunto: Descumprimento Contratual. Notificação de Defesa Prévia.
Considerando a não entrega dos itens da NE - 00224/2017, notifico à empresa Farma Vision Distribuidora de Medicamento - CNPJ: 14.310.834/0001-08, para apresentação de defesa prévia, no prazo de 5 dias úteis, sobre a possibilidade de aplicação de multa no valor de R\$ 210,00, com base no artigo 5º da Resolução SS - 92/16. Fica desde já franqueada vistas ao auto.
Extratos de Contratos/Notas de Empenho
RP: 072/2017
Ata de Registro de Preços: 065/2016
Processo: 001.0136.000328/2017 - aquisição de Hipodórito de Sódio
Contratante: Complexo Hospitalar do Juquery
Contratada: Grow Química e Farmacêutica Ltda
CNPJ: 10.842.256/0001-08
Nota de Empenho: 2017NE00423
Valor da Nota: R\$ 225,00
Data do Empenho: 27-04-2017
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte: 001.001.141
Natureza de Despesa: 339030-31
PTRES: 090606
RP: 073/2017
Ata de Registro de Preços: 240/2016
Processo: 001.0136.000329/2017 - aquisição de suplementos nutricionais